

Cooperação agrícola e produção de alimentos na Amazônia brasileira: notas introdutórias em tempos de Covid-19¹

Agricultural cooperation and food production in the Brazilian Amazon: introductory remarks in times of Covid-19

Raoni Fernandes Azerêdo²

RESUMO

Este artigo questiona o modelo produtivo da agricultura comoditizada adotada como estratégia de gerar divisas para o país, ao passo que desvela como as políticas públicas destinadas a agricultura camponesa e familiar são desmontadas e precarizadas. Em tempos de COVID19, a fragilidade do sistema de abastecimento alimentar, a pobreza e acesso de qualidade aos alimentos são colocados a prova na Amazônia. Deste modo, para garantir segurança alimentar, geração de renda e um projeto mais equitativo de desenvolvimento para o país, alçamos luzes para o fortalecimento da cooperação agrícola camponesa, associada a políticas públicas estruturantes.

Palavras-chave: agricultura camponesa família; Amazônia; abastecimento alimentar; políticas públicas; PAA/PNAE; segurança alimentar.

ABSTRACT

This article questions the commoditized agriculture production model adopted as a strategy to generate foreign exchange in the country, while it reveals how public policies aimed at peasant and family agriculture are dismantled and precarious. In times of COVID-19, the fragility of the food supply system, poverty and quality access to food are being tested in the Brazilian Amazon. In this way, to guarantee food security, income generation and a more equitable development project for the country, we highlight the strengthening of peasant agricultural cooperation, associated with structural public policies.

Keywords: peasant family farming; Amazon; food supply; public policy; PAA / PNAE; food security.

1. Introdução

“a verdadeira causa da cólera é a miséria, e o verdadeiro remédio para evitar seu retorno não há de ser outro senão a revolução social” – Errico Malatesta

Em meio a pandemia do COVID19, o convite de escrever este texto e apresentá-lo no PRÉ ENAPEGS 2020, veio num momento particular de reflexões/inflexões no tocante a fragmentação das ações organizadas dos trabalhadores (que poderá ser ampliada com a virtualização), situação em que as lutas no plano das relações sociais de produção são cada vez mais dispersas e sem coordenação. Em resposta a estas

¹ Artigo selecionado em modalidade Fast Track relativo ao Pré Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Editoria especial: Edgilson Tavares de Araújo (UFBA), Leonardo Prates Leal (UFAL), Maria Amelia Jundurian Corá (UFAL).

² É Professor Efetivo (DE) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Graduado em Ciências Contábeis na UFPB e Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP. Têm experiência e desenvolve extensão e pesquisas nas seguintes áreas: economia solidária, gestão social, desenvolvimento territorial, questão agrária, grandes projetos na Amazônia e expansão do agronegócio. Atualmente é Doutorando em Geografia na UFPB (onde pesquisa o recorte regional denominado de MATOPIBA).. E-mail: raoniazeredo@gmail.com

questões, considero que apenas a luta unificada dos trabalhadores será capaz de promover reações de grande impacto na realidade em curso.

Tendo tal lupa analítica da sociedade atual como ponto de partida, quais seriam as experimentações concretas, solidárias e coletivas que as organizações dos trabalhadores apresentam e aspiram em tempos de COVID19? Sem pretensões de respostas inconclusivas, adianto ao leitor que este texto ancorado na base material, delimita-se a apontar brevemente questões teóricas e práticas no tocante a cooperação agrícola e produção de alimentos na Amazônia, em especial no Pará/Território do Baixo Amazonas Paraense composto pelos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa..

Neste território, segundo Barbosa et al (2012), a agricultura familiar aparece como o elemento preponderante na definição da identidade do território seguido do meio ambiente. Em uma escala de aspectos relevantes para a identidade territorial, que vai de 0 a 1, a agricultura familiar aparece como o indicador de valor 0,826 e o meio ambiente com 0,802. Para os autores, a conjunção dessas duas variáveis (agricultura familiar e meio ambiente) está diretamente associada a base nutricional da sua população e a geração de renda, a exemplo da produção nas roças, coleta de frutos da floresta, extrativismo, pesca, dentre outros.

2. Amazônia e o confronto de racionalidades: a solidariedade em xeque?

Diante da forte pressão global pela disponibilidade de recursos naturais estratégicos para a manutenção do padrão de desenvolvimento e crescimento econômico, a Amazônia passou a ser, no novo âmbito global, a grande fronteira do capital natural do mundo (BECKER, 1982). Nesta região, os grandes projetos remontam, desde as drogas do sertão no início da colonização da Amazônia, ao planejamento estatal de “entrega ao capital privado” dos recursos naturais em larga escala, cuja voracidade respeita poucos limites e que vem literalmente a devastando.

Aguiar (2016) menciona que o Estado brasileiro, no regime militar, por meio da Operação Amazônia e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em meados dos anos 1960, seguido das grandes rodovias federais, em especial da rodovia Transamazônica (em 1970) e da BR 163 (em 1973) protagonizou uma agressão à floresta “a ferro e fogo”, ocasionando impactos absolutamente deletérios para seus povos. Neste período, as políticas governamentais desenvolvimentistas giraram em torno do discurso da defesa e integração nacional da Amazônia Legal, seguidas dos grandes projetos agrícolas e de extração mineral na região (a exemplo do programa Poloamazônia) iniciados nos anos 1980 e predominantes até a atualidade.

Todas essas etapas, brevemente situadas, correspondem a uma interferência exógena à região, que desconsidera completamente o contexto sócio territorial, ou seja, ignora cultura e as dinâmicas sociais endógenas, privilegiando a eficiência técnica e a apropriação privada dos bens ambientais em detrimento da equidade social local (BECKER, 1982; KOHLHEPP, 2002; TORRES, 2014;).

Sob breve contexto histórico, um acento que pode ser observado na perspectiva de desenvolvimento posto para a Amazônia, constitui-se no processo de expansão da racionalidade instrumental-formal (WEBER, 2008), baseado no utilitarismo estritamente econômico, onde às esferas da vida social coletiva antes reguladas por formas tradicionais de poder, perdem o controle gradativo para a forma racional legal burocrática.

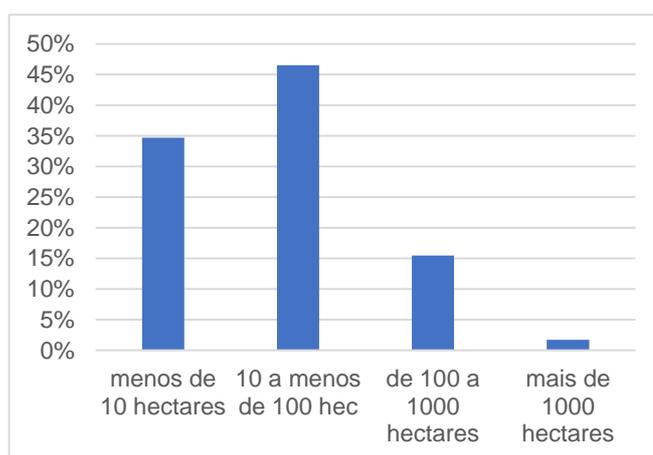
Contudo, a partir da minha curta práxis acadêmica na Amazônia, percebo que este tipo de racionalidade formal-instrumental-burocrático, é confrontado por outro tipo de racionalidade, em especial, da parcela considerável de povos que vive em áreas protegidas (43,9% da região, ou ainda 25,8% do território brasileiro), assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e comunidades camponesas. Este outro tipo de racionalidade - denominada substantiva - ordena padrões de ação a partir de postulados de valores, incorporando critérios éticos com o qual a realidade deve ser julgada e, dessa forma, tende a conformar e orientar a ação, a partir de dimensões ambientais, étnicas etc. (WEBER, 2008; SELL, 2012).

De modo geral, o processo histórico da formação social da Amazônia, cobra a noção de isonomias (RAMOS, 1999) como vértice de encontro entre estas parcelas populacionais, onde o alto grau de solidariedade e de afetividade coloca a cooperação como base de reprodução da vida. Neste sentido, quais experiências concretas, que articulam a racionalidade substantiva e a produção de alimentos, estão sendo gestadas e experimentadas na Amazônia? Tal questão torna-se extremamente importante no contexto de COVID19, em que a insegurança alimentar e nutricional e a eminência da fome escancaram a lógica dominante instrumental. A título de ilustração, o índice médio de insegurança alimentar grave no Brasil como um todo, gira em torno de 3,2%, enquanto na Amazônia a média é três vezes maior, de 9,7% e pode alcançar entre 14% e 24% entre comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com a Escala Brasileira de Medida Domiciliar da Segurança Alimentar (EBIA) (SEGALL, 2017).

Como procedimento didático metodológico ao leitor, apresenta-se uma breve base material com alguns dados estatísticos, que ilustra o confronto de racionalidades na produção de alimentos na Amazônia. Mercado de um lado pela soja, baseada numa agricultura comoditizada do agronegócio (instrumental), e por outro pela mandioca, baseada numa lógica de agricultura camponesa (substantiva).

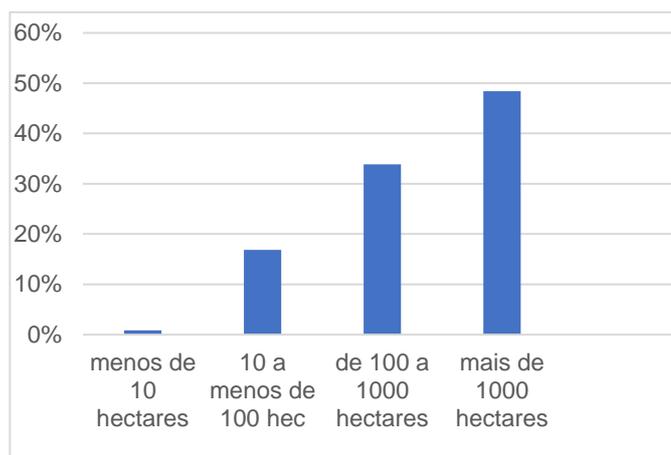
Para compreender a produção de alimentos no Brasil, torna-se necessário desvelar a extrema concentração fundiária, realidade está presente na Amazônia. Nas Figuras 01 e 02, visualizamos que na Região Norte - 2% do número total de estabelecimentos agropecuários de mais de 1000 hectares concentram 48% da área agrícola.

Figura 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários Totais - Região Norte – Ano 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

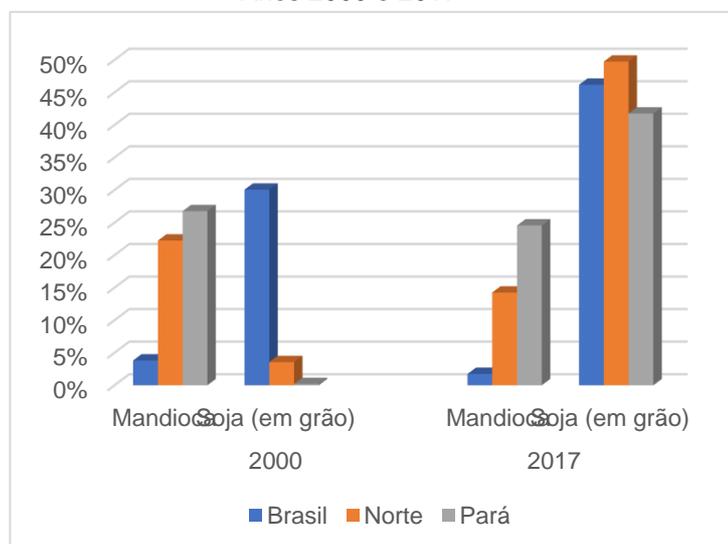
Figura 2 - Área dos Estabelecimentos Agropecuários Totais – Região Norte – Ano 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

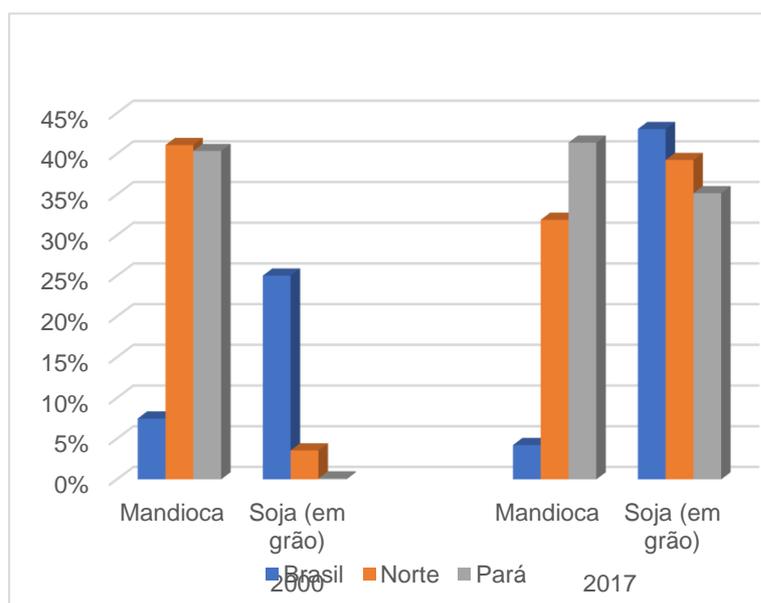
Analisando os dados estatísticos na Figura 03, observa-se que num intervalo de 17 anos (2000-2017), a área plantada de mandioca diminuiu no Brasil, no Norte e no Pará, representando, respectivamente, -2%, -8% e -2%. Em contraponto, a área plantada de soja aumentou 16% no Brasil, e impressionantes 46% no Norte e 42% no Pará. Já na Figura 04, mesmo com a escalada de área plantada de soja, o valor da produção da mandioca na Região Norte e no Pará, são superiores ao valor da produção de soja nas mesmas áreas.

Figura 3 - Área Plantada de Mandioca e Soja (porcentagem em relação ao total de lavouras temporárias) - Anos 2000 e 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

Figura 4 - Valor da Produção de Mandioca e Soja (porcentagem em relação ao total de lavouras temporárias) - Anos 2000 e 2017

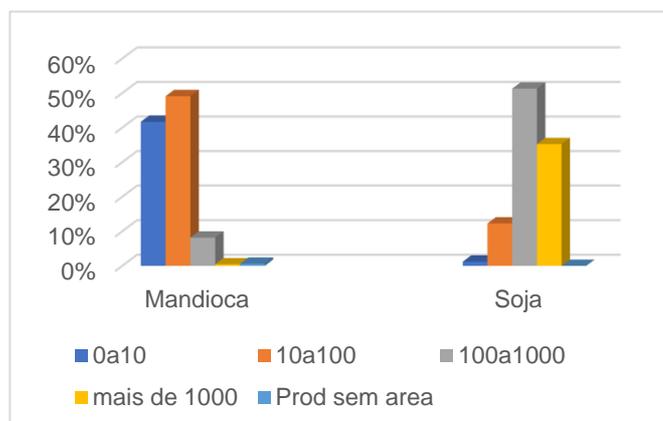


Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

Esmiçando os dados estatístico para o Estado do Pará, evidencia-se nas Figuras 05, 06 e 07, que os estabelecimentos de pequena estrutura fundiária na produção de mandioca, ou seja, entre 0 a 100 hectares, correspondem a 91% da totalidade do número total de estabelecimentos e de 85% da área colhida. Em contraponto, os estabelecimentos de grande estrutura fundiária na produção de soja, ou seja, acima de 1000 hectares, correspondem a 35% do número total de estabelecimentos e de 75% da área colhida. Interessante notar, que os estabelecimentos de pequena estrutura fundiária na produção de mandioca correspondem a 89% do valor total da produção. Por outro lado, os estabelecimentos de grande estrutura fundiária na produção de soja correspondem a 77% do valor total da produção.

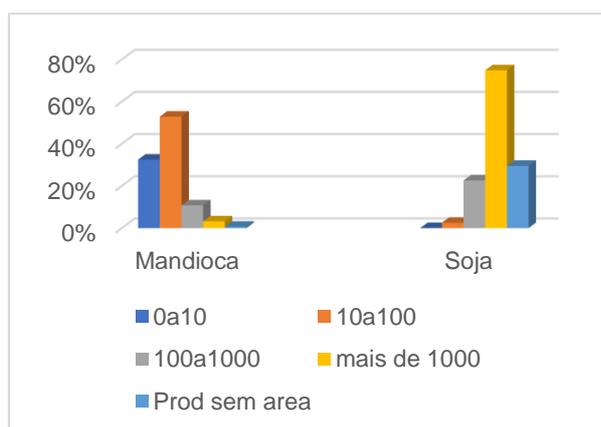
Estes gráficos da produção sojícola da economia do agronegócio (DELGADO, 2012) demonstram a concentração fundiária e da riqueza deste tipo de racionalidade instrumental, que tem como estratégias de acumulação de capital: seguir métricas de processos de exploração do trabalho; expropriação camponesa e intensificação/degradação dos recursos naturais. Na Amazônia, esta arquitetura brutal (TORRES, 2005) além do já mencionado, impacta severamente a biodiversidade e a alimentação. Na antípoda, a agricultura camponesa (racionalidade substantiva) com a produção de mandioca/e seus derivados, envolve um quantum maior de estabelecimentos rurais e de pequenos agricultores, e portanto, descentraliza a riqueza de forma mais justa. Ademais, mostra capacidade de dinamização da economia regional, a partir de um alimento essencial na dieta diária nutricional da população amazônica.

Figura 5 - Número Estabelecimentos Agropecuários de Mandioca e Soja do Pará (por estrutura fundiária) – ano 2017



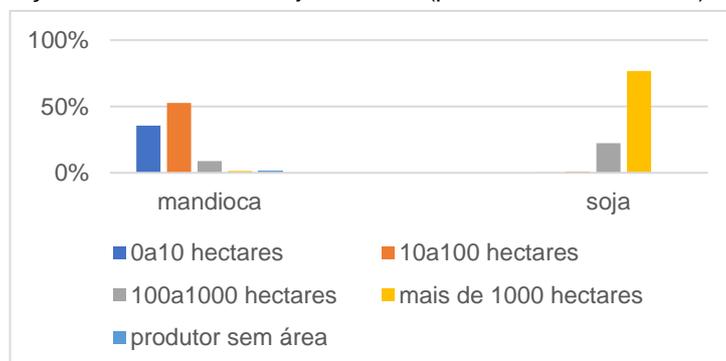
Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

Figura 6 - Número da Área colhida de Mandioca e Soja do Pará (por estrutura fundiária) – ano 2017



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

Figura 7- Valor da Produção de Mandioca e Soja do Pará (por estrutura fundiária) - ano 2017

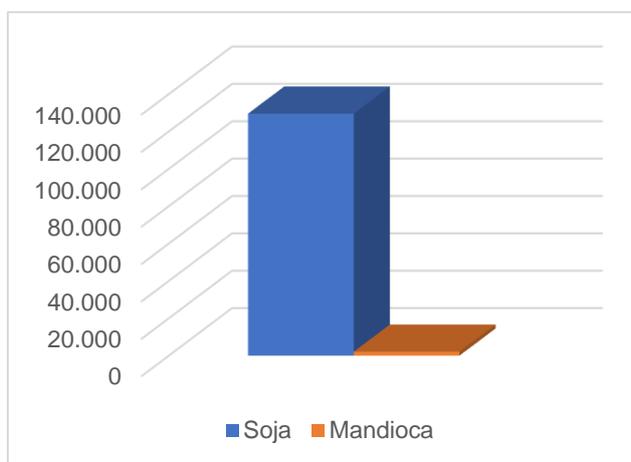


Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor

3. Cooperação agrícola na amazônia: limites da produção de alimentos em tempos de covid19

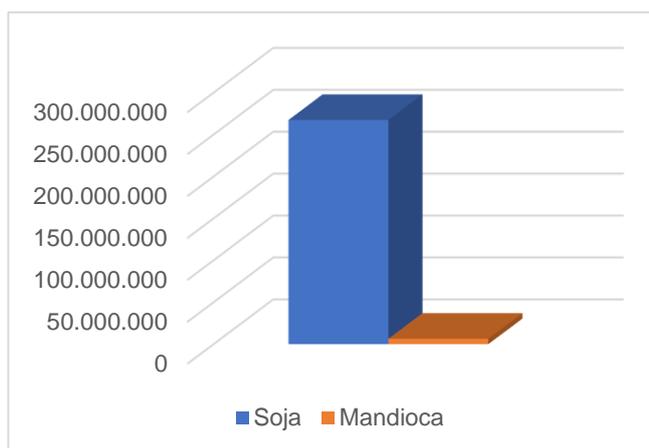
De início, remeto aos leitores as Figuras 08 e 09, onde é possível perceber que no ano de 2017, mesmo a produção de mandioca tendo maior valor de produção do que a soja (como vimos na seção anterior), e sendo uma cultura basilar da alimentação geral da população, a área total financiada para o custeio agrícola foi de 2.135 hectares, enquanto que para a produção de soja foi 29.547 hectares. Para estas áreas financiadas, os valores do crédito do custeio agrícola para a produção de mandioca foram na ordem de R\$ 6.471.366, enquanto para a produção de soja foram de R\$ 267.442.133 (4.000% a mais do que a mandioca).

Figura 8 – Total de área que obteve financiamento de custeio agrícola para as produções de soja e mandioca no Estado do Pará – Ano 2017



Fonte: Banco Central, elaboração do autor, 2020

Figura 9 – Total de crédito de custeio agrícola para as produções de soja e mandioca no Estado do Pará – Ano 2017



Fonte: Banco Central, elaboração do autor, 2020

Em resumo, percebe-se nitidamente o quanto a economia do agronegócio orienta o aparato de crédito, assistência técnica, pesquisas, como outras políticas públicas para um determinado tipo de agricultura – aquela baseada na lógica da comoditização. Tal opção agrário-exportadora e o abarcamento do aparato estatal, desestimula/enfraquece a agricultura familiar camponesa, e conseqüentemente, diminui a área plantada da produção de alimentos presentes nas dietas nutricionais das populações, como o arroz, feijão, mandioca, dentro outros.

Tamanho cenário, fica ainda mais evidente, em tempos de COVID 19, na medida em que a fome/insegurança/desabastecimento alimentar assola a população brasileira. Algumas projeções para o fim do ano de 2020, colocam para o Brasil, um aumento de mais de 5 a 6 milhões de pessoas na pobreza extrema/miséria, o que pode reintroduzir o país no Mapa da Fome, é o que afirma o ex-secretário da FAO – José Graziano e o Professor Silvio Porto. E como nos ensinou Josué de Castro (2011) fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural: são criações humanas.

Teixeira (2020), compreende que a acentuada vulnerabilidade do abastecimento alimentar, que vem se refletindo em processo de inflação da comida, pune ainda mais as populações vulneráveis. No acumulado do período de janeiro/abril do presente ano, o IPCA geral variou 0.22% e o da alimentação no domicílio, 3.94%, ou seja, 18 vezes mais que o índice geral. Esse resultado ponderado, para o autor, 'acoberta' altas estratosféricas nesse período de alguns alimentos essenciais na dieta dos brasileiros. Ressalvadas sazonalidades, o autor destaca que de janeiro a abril os preços médios da cenoura saltaram 97% (441 vezes maior que o IPCA Geral); os do tomate, 52%; cebola, 49%; batata, 42%; feijão, 23%; banana, 20%, etc.

Chamamos a atenção na argumentação, que nestes meses de COVID19 na Amazônia, em especial no Território do Baixo Amazonas Paraense - a insegurança alimentar/fome/incremento da pobreza escancara uma questão basilar de pano de fundo, o desmonte e a precariedade de políticas públicas para a agricultura camponesa, em especial a fragilidade das políticas de abastecimento de alimentos a povos tradicionais, originários e também trabalhadores precarizados dos centros urbanos.

Quadro 01: estoques médios dos alimentos pela CONAB (jan/mai 2020)

PRODUTO	ESTOQUE PÚBLICOS- POSIÇÃO – MÉDIA JAN/MAIO 2020 (TON)	CONSUMO NACIONAL (TON)	CONCLUSÃO SOBRE ESTOQUE EXISTENTE
MILHO	256.576	61.500.000	Estoque suficiente para o equivalente a 1,5 dia do consumo nacional
ARROZ	21.592	10.600.000	Estoque existente não garante "1" dia do consumo nacional
FEIJÃO	160	3.050.000	estoque deveria aumentar 53 vezes para garantir "1" dia de consumo
TRIGO	1.559	12.000.000	estoque não é suficiente para garantir 1/2 de "1" dia do consumo
FARINHA DE MANDIOCA	196	8.400.000 (somente não industrial)	estoque deveria aumentar 119 vezes para garantir "1" dia de consumo

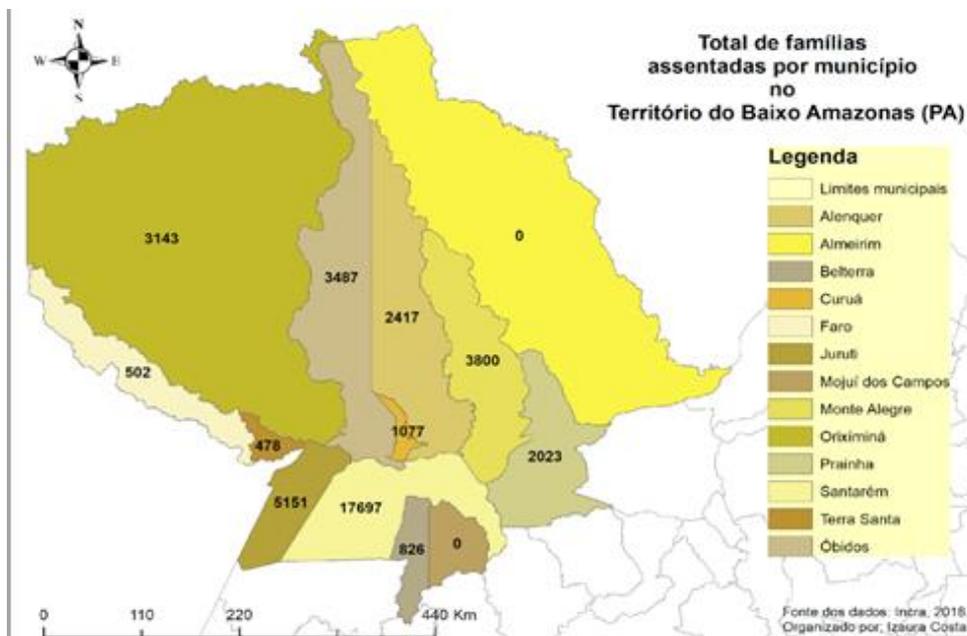
Fonte: Teixeira, 2020.

O governo tem se pautado por desmontar os instrumentos da política de segurança alimentar implementada pelo governo Lula de 2003 e depois pelo governo Dilma. A primeira medida tomada foi a extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), que assessorava o presidente da República nos temas da segurança alimentar.

Para melhor entendimento do contínuo desmonte/precarização das políticas públicas da agricultura camponesa, apresenta-se dados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense. Considero que o PAA, conjuntamente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fazem parte de uma

estratégia governamental basilar para a estruturação da agricultura familiar no enfrentamento à carência alimentar e nutricional ainda presente no Brasil.

Mapa 1- Total de Famílias assentadas por municípios no Território do Baixo Amazonas/PA



Fonte: Incra, 2018, Organizado por Izaura Costa, 2018

De acordo com o Mapa 01, o Território do Baixo Amazonas Paraense concentra 115 assentamentos de reforma agrária (75% dos assentamentos do Oeste Paraense), com uma área de 4.500.604 hectares e 40.601 famílias assentadas (75% das famílias assentadas do Oeste Paraense) e aproximadamente 115 organizações associativas, apresentando grande potencial para estabelecer uma economia de base florestal e de agricultura familiar/camponesa, a partir do manejo sustentável do uso e dos bens produtivos. Entretanto, constatou-se que os assentamentos de reforma agrária do Oeste Paraense (leia-se também do Território do Baixo Amazonas), apresentam altos índices de vulnerabilidade social, bem abaixo dos índices do Estado do Pará e da Amazônia Legal (IMAZON, 2012). Neste contexto, considera-se que as políticas públicas, a exemplo do PAA e PNAE, além de reconhecer a importância da agricultura familiar e das dinâmicas de desenvolvimento local, são alternativas econômicas para a permanência desta população no meio rural e apontam diretrizes de construção para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, minimizando a dependência de intermediários (atravessadores) no processo de comercialização.

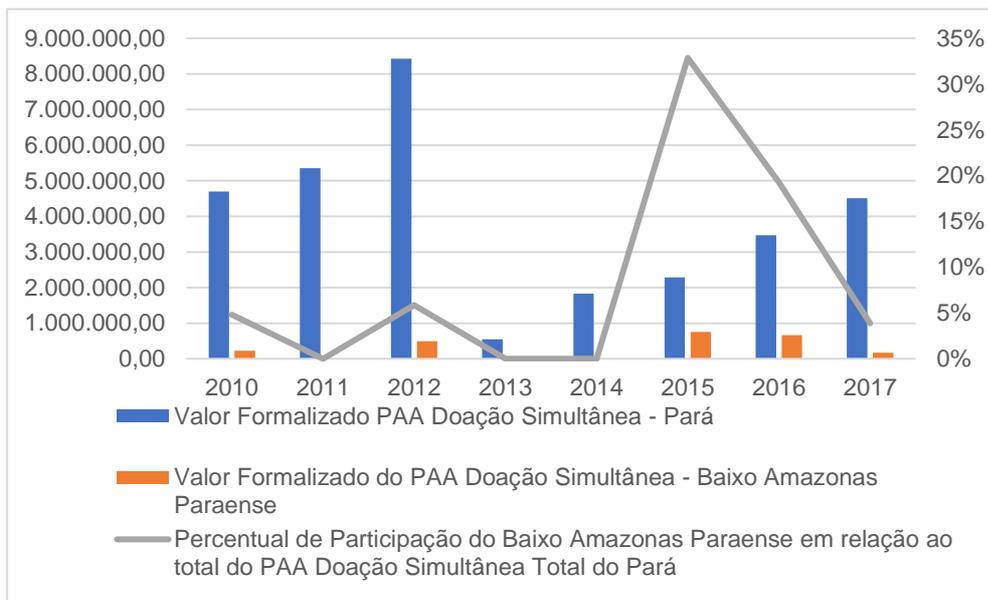
Para Schmitt (2005), assim como para Koth (2019), o PAA é uma política pública agrícola de segurança alimentar e nutricional, criada em 2003 como uma ação estrutural no contexto do Programa Fome Zero. Para os autores, o programa fortalece a agricultura familiar com relação à comercialização da produção, garantindo às populações vulneráveis (indígenas, quilombolas, atingidos por barragens e populações em situação emergencial), o direito constitucional a uma alimentação de qualidade.

Em entrevistas recentes, diversos especialistas destacam o desmonte contínuo do PAA e dos estoques de alimentos praticamente zerado em poder do Estado. Uma das principais modalidades do programa – Doação Simultânea -, responsável em adquirir alimentos da agricultura camponesa do agricultor/organizações associativas-cooperativas e doar imediatamente a populações vulneráveis, vem sendo aniquilada. Salgado et al (2017), em publicação sobre a avaliação do PAA nas regiões brasileiras,

constatou que a taxa de cobertura desta política é desigual, com frágil presença do programa nas regiões Norte e Nordeste.

Na Figura 09, verificamos que os valores dos contratos do PAA modalidade Doação Simultânea no Estado do Pará caíram abruptamente a partir de 2012, reflexo da retração e precarização do programa. Concomitantemente, no Território do Baixo Amazonas Paraense, foram ínfimas as participações do território nesta modalidade (com exceção de 2015). Dos 13 municípios que perfazem o território, apenas 05 acessaram o programa, com destaque para Óbidos.

Figura 10- Retrato do PAA doação simultânea no Pará e Baixo Amazonas Paraense (2010-2017)

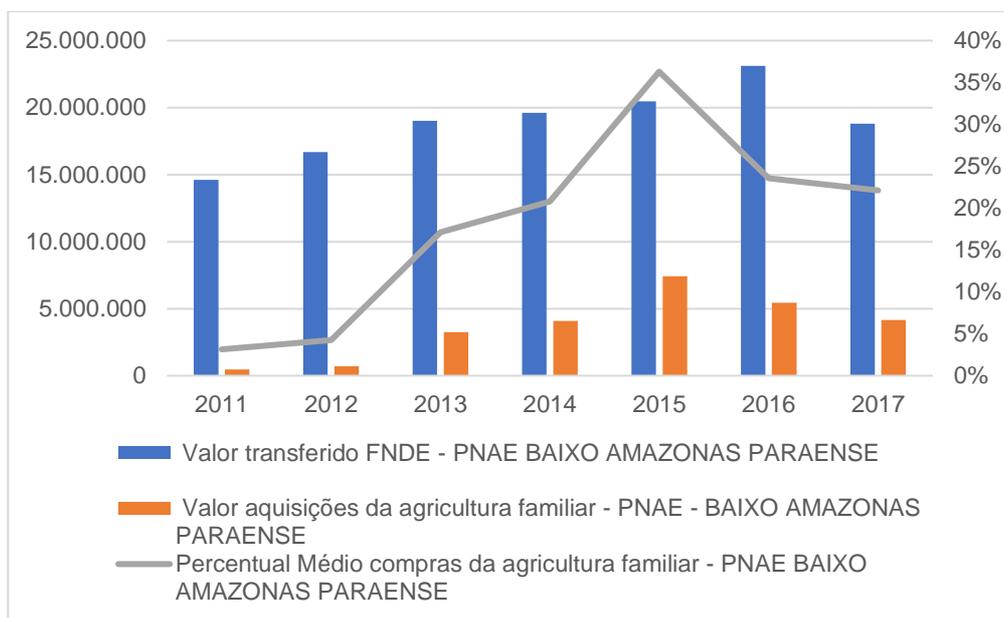


Fonte: CONAB 2020, elaboração do autor.

Já o PNAE, instituído pela Lei Federal n. 11.947 de 16/6/2009, em seu artigo 14 determina que pelo menos 30% dos recursos destinados a alimentação escolar deveriam, obrigatoriamente, ser adquiridos diretamente de agricultores familiares/e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, foi assim como a modalidade PAA doação Simultânea, ação estruturante na segurança alimentar e nutricional, geração de renda e fortalecimento do tecido associativo do território.

No entanto, vemos na Figura 11, que é apenas a partir de 2014 que o Território do Baixo Amazonas consegue um percentual médio de 20% de compras adquiridas da agricultura familiar. Contudo, destaca-se que este índice da média encoberta uma complexidade que estamos analisando academicamente com afinco – algumas pistas são: há uma oscilação de municípios que compram regularmente acima dos 30% e outros com ínfima participação, e outros municípios como Curua e Prainha até o ano de 2017 detinham índices de 0% de compras oriundas da agricultura familiar -. Em tempos de pandemia e suspensão das aulas, é de se imaginar o grau terrível de insegurança alimentar dos estudantes da rede pública de ensino destes municípios.

Figura 21- Retrato do PNAE no Baixo Amazonas Paraense (2011-2017)



Fonte: FNDE, 2020. Elaboração do autor.

Embora o PAA e o PNAE contribuam numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável (FAVARETO, 2005, SACHS, 2008), observa-se sérios limites/desafios, como: o despreparo dos gestores públicos responsáveis pela execução e acompanhamento do programa; as exigências e conhecimento limitados da burocracia pelos agricultores familiares; fragilidades de gestão administrativa; profunda ausência de assistência técnica rural e incentivos públicos. Segundo Cruz (2017, p. 11) devem ser salientadas as dificuldades dos agricultores familiares em se organizar em “grupos formais e/ou até mesmo informais, as estradas intransitáveis, a inexistência ou deficiência de estrutura de armazenamento, a falta de meio de transporte e a regularização sanitária são alguns desafios de comercialização enfrentados pela agricultura familiar.”

Algumas considerações:

Como dito até então, a racionalidade substantiva, a solidariedade e afetividade presentes nas populações da Amazônia, consideram as estratégias de cooperação e domesticidade bases para a reprodução da vida. Posto isto, e visualizados as peculiaridades e desafios apresentados, faço algumas considerações acerca de ações para o fortalecimento da cooperação agrícola e produção camponesa/familiar.

O COVID19 escancara o escamoteamento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, e também que grande parte da população brasileira não consegue pagar por uma dieta saudável. Como alerta José Graziano, o Brasil ainda não retornou ao mapa da fome, porém já aumentou significativamente as pessoas má nutridas.

Neste sentido, considero que um projeto de fortalecimento da agricultura camponesa/familiar e a retomada das políticas públicas de custeio de crédito agrícola/agroindustrialização, PAA Doação Simultânea e PNAE, são de caráter urgente no país. Como sabemos, num cenário político tão adverso como o atual, tais políticas públicas só devem surtir efeito por pressão popular e aqui a importância das estratégias em rede entre movimentos sociais, academias universitárias, partidos políticos, sindicatos, cooperativas/associações, e demais setores organizados da classe trabalhadora.

A partir da nossa práxis acadêmica no Território do Baixo Amazonas Paraense, é perceptível o quanto o PAA E PNAE possibilitam/estimulam redes de solidariedade e injetam recursos na economia local. A alimentação precisa ser entendida e encarada na forma como está na nossa Constituição, como um direito, e, portanto, precisa fazer parte diuturnamente da ação do Estado com políticas efetivas, recursos financeiros, para que as ações sejam de fato implementadas.

Ainda em relação ao PAA e PNAE– a ausência de informações e infraestrutura dos agricultores familiares e suas organizações em como proceder os ritos de inserção nestas políticas públicas. Concomitantemente, observamos que nos municípios onde existem associações/cooperativas de agricultores familiares estruturadas, articuladas a sindicatos dos trabalhadores rurais, Universidades, Organizações Não Governamentais, a pressão nestas políticas públicas é maior, assim como a estruturação de outros canais de comercialização, estrutura da cadeia produtiva etc. Também ascende a importância dos canais curtos de comercialização, com estratégias virtuais de compras da agricultura camponesa pelos consumidores, e organizações de cestas saudáveis.

Referências:

- Aguiar, D. (2017). A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir dos casos do tapajós na Amazônia brasileira. Ed. ActionAid Brasil. Rio de Janeiro.
- Alexandre, V. P.; Gomes, L. de O. F.; Silva, S. U. da; Almeida, G. M.; Martins, K. A.; Monego, E. T.; Souza, L. M. de; Campos, M. R. H. (2016). Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás. *Segur. Aliment. e Nutr., Campinas*, v.23, n.esp., p.1049-1064, dez.
- Arretche, M. (2012). *Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora. Editora Fiocruz.
- Barbosa, M.J. (2012). *Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará, Belém*.
- Becker, B. K. (1982) *Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos*, RJ: Zahar.
- Brasil. (2010). Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília: CONSEA.
- Cruz, S. F. da. (2017) *Desafios e contribuições do PNAE em três organizações da agricultura familiar no Território Sul Litorâneo do Espírito Santo*. Dissertação da Universidade Federal de Lavras.
- Favareto, A. (2005). Do Pronaf ao desenvolvimento territorial – elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, Belo Horizonte.
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação. (2014) *Apresentação*. Brasília/DF. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 03 ago 2020
- Imazon. (2013). *Calha Norte Sustentável: situação atual e perspectivas*.
- Kohlhepp, G. (2002) *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. *Revista Estudos Avançados*.
- Kroth, Darlan Christiano et al (2019). *Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense*. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 24, n. 1, p. 138 - 162, janeiro-abril,
- Torres, M (org.). (2005) *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq.

- Sachs, I. (2008). *Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Salgado, Rafael Junior dos Santos Figueiredo et al (2017). Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba - SP, Vol. 55, Nº 04, p. 661-678, Out/Dez.
- Segall, A. M. (2017) Diálogo entre povos da Amazônia combate insegurança alimentar na região. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/abril/dialogo-entre-povos-da-amazonia-vai-combater-inseguranca-alimentar-e-ajustar-politicas-publicas-a-regiao>
- Sell, C.E (2012). A sociologia weberiana da ciência. *Política & Sociedade*, v.11, p.23-48
- Schmitt, Claudia Job (2005). Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*. Ano XIV – Nº 2 – Abr./Maio/Jun..
- Teixeira, Gerson (2020). O Potencial de Crise Alimentar Interna no 'Fazendão do Mundo'. Circulação interna da bancada do PT na câmara dos deputados Maio/2020
- Weber, MAX (2008). *Ciência e Política: duas vocações*. 15ed. São Paulo. Cultrix.